

AJUSTE DIRETO

N.º ADG/I8/2025

CONVITE

Aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho



Índice

1. Decisão de Contratar	1
2. Identificação do Procedimento	1
3. Entidade Adjudicante	1
4. Consulta e Fornecimento das peças do procedimento	1
5. Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento, erros e omissões do caderno de encargos.....	2
6. Condições de apresentação da proposta	3
7. Documentos que instruem a proposta.....	3
8. Modo de apresentação de proposta.....	4
9. Propostas Variantes	4
10. Idioma.....	4
11. Preço base	4
12. Prazo para a apresentação das propostas	4
13. Prazo de obrigação de manutenção de propostas	4
14. Esclarecimentos e suprimentos de propostas	5
15. Documentos de habilitação	5
16. Adjudicação de proposta apresentada por um agrupamento	6
17. Redução do contrato escrito	6
18. Aprovação e aceitação da minuta do contrato	7
19. Reclamações da minuta	7
20. Outorga do contrato.....	7
21. Encargos dos concorrentes e do adjudicatário	8
22. Legislação aplicável	8

Exmos. Senhores,

A Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional I.P, adiante designada por ANQEP I.P, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 510265006, com sede na Avenida 24 de Julho n.º 138 1399-024 Lisboa, com o telefone n.º 213943700, por Deliberação n.º de , pretende proceder ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º I do art.º 20.º do CCP, a um procedimento de Ajuste Direto para a aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho, conforme discriminado no caderno de encargos, obedecendo o procedimento adjudicatório aos seguintes termos e condições:

1. Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada por decisão do Conselho Diretivo da ANQEP, I.P. , ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, em conjugação com o disposto na alínea a) do n.º I do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

2. Identificação do Procedimento

2.1 O presente concurso tem por objeto a **aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho** para o ano de 2025.

2.2 O procedimento de contratação reveste a forma de Ajuste Direto, nos termos do preceituado na alínea d) do n.º I do art.º 20.º do CCP, ambos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP);

2.3 O objeto do presente concurso classifica-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) – **71317200-5 Serviços de saúde e segurança.**, conforme indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

3. Entidade Adjudicante

3.1 A entidade adjudicante é a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa, com o NIPC 510265006, com o endereço eletrónico anqep@anqep.gov.pt e o telefone (+351) 213 943 700, adiante designada por ANQEP;

3.2 O endereço da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é o seguinte: www.acingov.pt.

4. Consulta e Fornecimento das peças do procedimento

4.1 O procedimento é constituído pelas seguintes peças:

- a) O presente convite;
- b) Caderno de encargos;

4.2 As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na seguinte morada: Avenida 24 de Julho, n.º 138, 3.º Piso, 1399-026 Lisboa, onde podem ser consultadas, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 10H00 e as 12H30 e as 14H30 e as 17H00 de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente;

4.3 As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica identificada no ponto 3.2, desde a data do envio do convite até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;

4.4 O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.

5. Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento, erros e omissões do caderno de encargos

5.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do órgão competente para a decisão de contratar;

5.2 Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento através da plataforma eletrónica identificada no ponto 3.2, até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;

5.3 Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, e disponibilizados na plataforma eletrónica até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;

5.4 Até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem também apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos;

5.5 Até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites;

5.6 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como o júri prestar esclarecimentos, no mesmo prazo, ou até ao final do prazo de entrega das propostas;

5.7 Os esclarecimentos, as listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como a decisão prevista no número 5, são publicitadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados do facto;

5.8 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Condições de apresentação da proposta

6.1 A proposta deve ser apresentada até às **23h59 do 3.º dia contado** a partir do envio do convite à apresentação de propostas, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública - Acingov;

6.2 A proposta ou qualquer outro documento, entregue, ou recebida, após a data fixada no ponto anterior, não será tida em consideração;

6.3 Todos os documentos submetidos na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública - ACINGOV, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada;

6.4 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;

7. Documentos que instruem a proposta

- a) Declaração de Anexo I ao CCP;
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Proposta de preço (indicado por algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso), que não deve incluir o IVA, elaborada de acordo com o Anexo II ao presente programa do procedimento;
 - ii. Proposta técnica, em conformidade com os requisitos e especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

8. Modo de apresentação de proposta

8.1 Os documentos referidos no ponto 7 devem ser apresentados em formato *Portable Document Format* (PDF) ou equivalente;

8.2 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica identificada no ponto 3.2, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;

8.3 Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada;

8.4 Se o concorrente utilizar algum processo de compressão ou agregação, como é o caso de pastas em formato zip., rar. ou outro equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer, sob pena de exclusão da proposta, em cada um dos documentos eletrónicos inseridos nas referidas pastas;

8.5 Nos casos em que o certificado digital utilizado não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar à sua proposta o(s) documento(s) que ateste(m) o poder de representação e a assinatura do assinante.

9. Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. Idioma

Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

11. Preço base

11.1 O preço base do presente procedimento é de 13.270,00€ (treze mil e duzentos e setenta euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

11.2 O preço base mencionado no número anterior foi determinado através de consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º A do Código dos Contratos Públicos.

12. Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 3.2 até às **23h59 do 3.º** dia a contar da data de envio do convite.

13. Prazo de obrigação de manutenção de propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de **90 (noventa) dias úteis** contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se aquele prazo prorrogado, por igual período, se antes do seu termo os concorrentes nada disserem em contrário.

14. Esclarecimentos e suprimientos de propostas

14.1 O órgão designado para o efeito pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

14.2 Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

14.3 Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica identificada no ponto 3.2, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

14.4 O órgão designado para o efeito deve solicitar aos concorrentes que procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

14.5 O órgão designado, ainda pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou cálculo contidos nas propostas se for evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

15. Documentos de habilitação

15.1 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente;
- d) No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, os documentos referidos nas alíneas anteriores deverão ser entregues por todos os membros que o constituem, devendo, ainda, ser apresentada cópia de contrato de consórcio externo de responsabilidade solidária de acordo com o previsto no artigo 21.º do presente programa do procedimento.

15.2 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo adjudicatário na plataforma eletrónica;

15.3 Todos os concorrentes são notificados da apresentação dos documentos de habilitação, com a indicação do dia em que ocorreu essa apresentação;

[15.4](#) Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica para consulta de todos os interessados;

[15.5](#) No caso de serem detetadas irregularidades ou omissões nos documentos de habilitação, não imputáveis ao adjudicatário e que possam conduzir à caducidade da adjudicação, será concedido ao adjudicatário um prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis para a respetiva supressão;

[15.6](#) No prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve igualmente apresentar documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo, caso essa exigência legal lhe seja aplicável;

[15.7](#) No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, o documento referido no número anterior deverá ser apresentado por todos os membros que o constituem sujeitos a essa obrigação legal;

[15.8](#) Nos termos da alínea b) do n.º I do artigo 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, a falta de apresentação do documento identificado no número anterior impede a celebração de qualquer contrato objeto do presente procedimento. Pelo que, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior determinará a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP;

[15.9](#) O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos no ponto 16.1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

16. Adjudicação de proposta apresentada por um agrupamento

[16.1](#) Se a adjudicação recair sobre proposta apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem devem, em momento prévio à celebração do contrato de aquisição de serviços, associar-se juridicamente na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária;

[16.2](#) O contrato de consórcio deve indicar a entidade que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes para receber da entidade adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato de aquisição de serviços, bem como poderes para outorgar o contrato em representação dos demais membros do consórcio, e para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato celebrado.

17. Redução do contrato escrito

Salvo nos casos previstos no artigo 95.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

18. Aprovação e aceitação da minuta do contrato

18.1 A minuta do contrato é enviada para aceitação ao adjudicatário, após aprovação pelo órgão competente para a decisão de contratar, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação;

18.2 A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

19. Reclamações da minuta

19.1 As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos;

19.2 No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

19.3 Os ajustamentos ao contrato propostos pelo adjudicatário, mas recusados, não serão inseridos no contrato a celebrar.

20. Outorga do contrato

20.1 A entidade adjudicante remete ao adjudicatário a versão final do contrato, em formato digital, o qual deverá ser assinado eletronicamente por representante do adjudicatário com poderes para vincular o mesmo, e devolvido à entidade adjudicante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia útil seguinte ao da data de envio do contrato.

20.2 Caso não seja conveniente para o adjudicatário o recurso à assinatura digital, e dentro do prazo acima previsto, a adjudicatário deverá comunicar tal facto à entidade adjudicante, a qual indicará, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

20.3 Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução (caso exista) que haja sido prestada, para além do direito à indemnização por todas as despesas e demais encargos com a elaboração da proposta e a prestação da caução.

20.4 Uma vez celebrado o contrato, e caso este esteja sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, os encargos com os respetivos emolumentos serão da inteira responsabilidade do adjudicatário.

21. Encargos dos concorrentes e do adjudicatário

21.1 Todas as despesas inerentes à elaboração e à apresentação das propostas constituem encargo dos concorrentes;

21.2 Todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato constituem encargo do adjudicatário.

22. Legislação aplicável

Todas as matérias que não estejam especialmente reguladas no presente programa do procedimento são disciplinadas pelo CCP e legislação complementar.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

*ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**PROPOSTA DE PREÇO*

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar todos os serviços, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, pelo preço global de € ...[indicar preço por algarismos e por extenso], a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local], [data], [assinatura dos representantes legais]